

 /tempoeargumento

 @tempoeargumento

 @tempoeargumento

Geografias imaginativas no tempo presente: do Terceiro Mundo ao Sul Global

 **Reinaldo Lindolfo Lohn**

Universidade do Estado de Santa Catarina
Florianópolis, SC – BRASIL

Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq
lattes.cnpq.br/0899990656525100

reilohn@gmail.com

 orcid.org/0000-0002-7902-2733

 <http://dx.doi.org/10.5965/2175180316432024e0106>

Recebido: 01/08/2024

Aprovado: 11/11/2024

Editor Responsável (Convidado):

Emerson Cesar de Campos

Universidade do Estado de Santa Catarina

orcid.org/0000-0002-1455-4528



Geografias imaginativas no tempo presente: do Terceiro Mundo ao Sul Global

Resumo

Este artigo apresenta uma interpretação de caráter histórico acerca das percepções políticas associadas à noção de Sul Global, na qual a sociedade brasileira vem sendo situada no tempo presente. Para tanto, toma “Sul Global” como uma geografia imaginativa em disputa, que tanto medeia encontros, confrontos e conexões internacionais quanto influencia os contornos das relações políticas em países como o Brasil. Entre uma representação política marcada pelo chamado terceiro mundismo e a nova configuração transnacional, hegemônica pelo neoliberalismo, a partir da década de 1970, os conflitos sociais e os projetos políticos na sociedade brasileira foram redimensionados, em meio a um contraditório processo de democratização e exercício limitado dos direitos humanos.

Palavras-chave: Sul Global; Terceiro Mundo; geografia imaginativa; política; democracia.

Imaginative geographies in the present time: from the Third World to the Global South

Abstract

This article presents a historical interpretation of the political perceptions associated with the notion of Global South, in which Brazilian society has been situated in the present time. To this end, it takes “Global South” as an imaginative geography in dispute, which both mediates encounters, confrontations and international connections and influences the contours of political relations in countries such as Brazil. Between a political representation marked by the so-called third worldism and the new transnational configuration, hegemonized by neoliberalism, from the 1970s onwards, social conflicts and political projects in Brazilian society were redimensioned, amidst a contradictory process of democratization and limited exercise of human rights.

Keywords: Global South; Third World; imaginative geography; politics; democracy.

1. Mapas invertidos da política

Uma breve consulta ao portal de buscas mais popular da internet com os termos “Brazil” e “Global South”, compreendendo um período de 30 dias entre junho e julho de 2024, retornou mais de dez mil referências possíveis. Com os mesmos termos em português e em páginas brasileiras, os resultados são em número menor, mas importantes: mais de três mil. As principais referências compreendem variado noticiário e artigos de opinião a respeito do papel de liderança que o Estado brasileiro eventualmente possa desempenhar em âmbito internacional. Assuntos frequentes são ainda as questões relativas às mudanças climáticas e o que seriam as chamadas ações de transição energética no mundo. É facilmente perceptível, portanto, a ampla circulação da terminologia e as associações e combinações possíveis de assuntos que vinculam o Brasil ao Sul Global. São ainda comuns as discussões sobre um potencial peso diplomático do Brasil no que seria o grande tabuleiro das disputas mundiais. Pode-se sugerir que essa popularização de questões que envolvem o posicionamento do Brasil no mundo vem avançando nas últimas décadas, na medida em que se tornaram frequentes as alusões à importância do país em fóruns como os chamados BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), entre outros, evocando sua posição de destaque no quadro da economia capitalista internacional.

Para além das notórias manifestações ufanistas e euforias passageiras, pode-se lembrar que a busca por influência internacional tem sido historicamente constante no quadro das relações que o Brasil estabelece com outros países, ao apresentar-se como uma “potência emergente” capaz de tomar assento nas grandes conversações mundiais. Haveria muitos exemplos a explorar: desde as negociações para a entrada do país na Segunda Guerra Mundial, passando pela conformação da chamada Política Externa Independente, na década de 1960, e pelo que foi chamado de Pragmatismo Responsável e Ecumênico, nos anos de 1970. Mais recentemente, a chamada política externa ativa e altiva, praticada nos anos 2000, bem como a reivindicação de assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, e a procura de papel proativo no chamado G-20, que congrega as maiores economias mundiais, constituem exemplos dessa uma trajetória histórica.

Exercer uma suposta liderança em um ainda indefinido Sul Global parece constituir-se na mais recente das possibilidades para localizar-se de modo proativo em um mundo no qual circulam imagens de uma possível colaboração entre as nações em torno de novos consensos. A celebração ornamental da diversidade cultural, da aceitação das diferenças e de um planeta unido em torno de causas ambientais ganha volume nos meios de comunicação e mesmo nas falas oficiais, tomando expressão em um grande espetáculo mundial gerido conforme uma potente indústria cultural. Estaria no horizonte mais uma oportunidade para reconfigurar a dimensão internacional do Brasil, reposicionando suas fronteiras. O país passa a situar-se em um espaço transnacional ampliado, com implicações simbólicas variadas. Há significados políticos diversos a serem explorados aí, para além das conversações diplomáticas.

Portanto, não se trata aqui de discutir relações internacionais, ao menos em sua acepção estrita, tampouco diplomacia. Este texto, escrito confessadamente como um ensaio, procura explorar alguns dos contornos propriamente políticos que envolvem as diferentes associações entre o Brasil e o que seria seu posicionamento no interior do chamado Sul Global. A discussão proposta envolve duas balizas de análise. A primeira diz respeito à compreensão do Sul Global como uma “geografia imaginativa”, na acepção de Edward Said (1990, p. 60). Uma geografia que, por vezes, apresenta-se na forma de produção de conhecimento e construção de fronteiras entre um mundo idealizado e modelar e territórios que aparecem como lugares do exótico, neste caso habitados por povos situados em um espaço pós-colonial, com democracias falhadas, regimes políticos corruptos e economias ineficazes. Desde a conquista colonial, a partir dos séculos XV e XVI, povos e sociedades diversas foram situados como elemento menor e menos importante de uma representação da história em que esta aparece como tendo um único sentido evolutivo, passando do subdesenvolvimento ao desenvolvimento. Em certa medida, portanto, é preciso questionar até que ponto não se está a reproduzir mais um “modo ocidental de criar o mundo” (Strathern, 1988, p. 4), posto que a própria expressão Sul Global corresponde a uma operação intelectual estimulada em países centrais entre as

décadas de 1970 e 1980, vislumbrando contraditar o que então se chamava de Terceiro Mundo.

De outra parte, a discussão permite trazer à cena alguns contornos do sinuoso processo político de democratização da sociedade brasileira desde o final da ditadura militar (1964-1985) e da construção de um sistema de garantias pautado por valores evocados pelo ideário dos direitos humanos. Cabe considerar que, ao se situar numa certa “geografia imaginativa”, sociedades como a brasileira ressignificam as suas relações políticas e seus conflitos sociais. Por outro lado, tal imaginário político está em disputa, permitindo apropriações diversas e criando condições para modos próprios de conceber e praticar democracia e direitos humanos, extrapolando os recortes conceituais e valorativos estabelecidos por agentes estatais e instituições internacionais. Isso ganha contornos significativos em um contexto em que valores universais e práticas de democratização são desafiados pela emergência de novas direitas articuladas em torno de um neoliberalismo autoritário.

Nos limites deste texto, evita-se adentrar em uma espinhosa seara conceitual, o que envolveria uma história das ideias, dos conceitos e das representações em torno da configuração de um sistema-mundo capitalista desde a conquista colonial, em suas dimensões econômica e política (Wallerstein, 1974, p. 73). Trata-se aqui de propor um projeto de estudos que tenha em conta abordagens que ultrapassem os Estados e as representações nacionais como unidades de análise fundantes da historiografia moderna. Isso compreende ainda um deslocamento em relação a fronteiras disciplinares, pressupondo testar possibilidades interpretativas.

Uma das dimensões das questões em apreço é a que diz respeito à construção de espaços e tempos políticos internacionais. Há uma geografia demarcada por atos sociopolíticos definidores de sentidos atribuídos às experiências sociais, seja por conquistas militares, fronteiras entre nações e ordenamentos econômicos que apontam para a exploração da natureza como mero recurso produtivo. Por outro lado, há o elemento temporal: uma organização do tempo histórico que estabelece padrões e referenciais de historicidade para o que seja considerado relevante nos processos políticos mundiais. Por essa

cartografia espacial e temporal, as experiências de diferentes sociedades e populações não passam de registros passageiros e curiosos na grande narrativa construída nos centros de poder capitalistas, como se fossem incapazes de dar sentido próprio às suas trajetórias. Esse espaço-tempo político mundial é referência para construções epistemológicas que definem uma ordem normativa da produção de ideias, imagens e representações que subordina e limita a capacidade dos povos “do Sul” de conceberem os seus próprios projetos políticos. Entre as ideias e valores que compõem esse vasto conjunto de orientações políticas estão as noções de democracia e direitos humanos.

Contudo, é possível apontar que as trajetórias recentes de sociedades como a brasileira, supostamente localizadas na geografia imaginativa do Sul Global, ao se apropriarem de tais referências, redimensionam o tempo e o espaço do político, dado que este passa a ser configurado para além de suas fronteiras nacionais. Nesse processo, pela agência social de movimentos e mobilizações que demandam a prática democrática e o exercício dos direitos humanos, passam a manejá-los a partir de suas próprias dinâmicas e contradições.

Situar-se no Sul Global, dessa forma, para além de identificar-se com mais um rótulo do léxico diplomático, pode significar uma atitude tanto política quanto epistemológica, com desdobramentos ainda em disputa e indeterminados. Um processo incompleto, que suscita abordagem de uma História do Tempo Presente concebida de tal modo que se volta para objetos cujos contornos são ainda indefinidos e com balizas temporais móveis. Uma História do Tempo Presente interessada nas intensas inflexões culturais que presidem as acepções do “tempo histórico”. Isso é tanto mais complexo quanto maiores são as dificuldades e dilemas das sociedades que pretendem dotar-se de meios próprios para compreenderem suas profundas contradições.

Nas sociedades definidas pela cartografia imaginária do Sul Global, os longos processos coloniais e exploratórios — a escravização, a opressão cultural, a construção do Estado-Nação, as experiências em torno de modelos sociais, as manifestações e promessas de revoluções e democratizações interrompidas ou desfeitas e, em particular, os fracassos e frustrações da grande maioria dessas experiências —, sugerem um sentido de urgência pela presença e pelo presente,

o que parece ser ainda mais intenso do que naquelas que fazem parte do centro do mundo capitalista. Vistas “do Sul”, mostram-se no mínimo incompletas as epistemologias e as narrativas apresentadas por séculos como ferramentas para arrancar as respostas necessárias para mudar a realidade das coisas.

Os cruzamentos possíveis entre a denominação Sul Global e um país, um movimento social, um agrupamento político ou um conjunto de atitudes e traços culturais, configuram operações mentais que extrapolam um sistema interestatal e podem expressar sensibilidades políticas compartilhadas. Estas são compostas por leituras do passado e projeções de futuro que afetam as apropriações das ideias, imagens e discursos que circulam em âmbito internacional. Dada a importância assumida pelo peso internacional do Brasil e das questões evocadas por sua presença no que se vem chamando de Sul Global, cabe questionar se isso tem influenciado aspectos de suas relações políticas.

Por outro lado, é necessário reenquadrar narrativas históricas acerca de processos políticos que marcam a sociedade brasileira, o que redefine o próprio âmbito do político. Ao ser atravessado por questões que ultrapassam as fronteiras nacionais e configuram uma comunidade histórica, geográfica e imaginativa mais ampla, a dimensão do político ganha nova forma e outras questões, cuja complexidade demanda a atenção a recomposições e ressignificações. Compreende-se que, apesar das especificidades nacionais, algumas dimensões do campo político apresentam óbvia extensão transnacional. Ao situar-se em um espaço de discussões que não se limita às fronteiras nacionais, as relações entre indivíduos, sociedades e Estados sofrem inflexões, redimensionando os sentidos e apropriações de ideias e valores políticos. Esse é o caso das formas pelas quais diferentes sociedades, grupos e movimentos sociais têm mobilizado as noções de democracia e direitos humanos.

Pela importância assumida no Brasil desde a ditadura militar, democracia e direitos humanos conformam um domínio propriamente político que não se limita a acordos e táticas governamentais, tampouco a relações entre indivíduos isolados e Estados. Nesse aspecto, é útil se atentar para as conexões e interações que, por meio de ideias e visões de mundo, atravessam a porosidade das fronteiras nacionais e configuram novos espaços (Conrad, 2016, p. 102). Pode-se

evocar Sanjay Subrahmanyam (1997) para supor a possibilidade de pensar na existência de uma esfera política que não se conforma a padrões institucionais e envolve conexões supralocais de ideias e representações. Tais conexões compreendem sensibilidades políticas que atravessam o campo intelectual e político de uma forma distinta daquela pretendida por certa globalização triunfante.

Democracia e direitos humanos, há pelo menos cinquenta anos, tornaram-se a parte visível de debates internacionais e dos discursos mais convencionais dos chamados “líderes globais”, os quais manejam discursos estabelecidos e pautados em procedimentos que se pretendem universais e a-históricos. Contudo, visto do Sul, o espaço político configurado por tais valores ganha dimensões dificilmente mapeadas pelas geografias e temporalidades hegemônicas. Demandas e práticas cotidianas de diferentes movimentos sociais, militâncias e ativismos em diversos países não passam pelos corredores diplomáticos e nem chegam aos grandes portais de internet. Nesse aspecto, a geografia e a temporalidade que configuram um Sul Global, ao serem exercidas como modos de criar relações e interações que superem as idealizações políticas canônicas, podem traçar mapas próprios, formados por pontos de intersecção e entrelaçamento de mobilizações sociais e agentes políticos que redefinem democracia e direitos humanos. Uma “América Invertida”: um desejo de revirar a ordem continental e mundial, como no famoso desenho de 1943 do artista plástico uruguaio Joaquín Torres García, uma reivindicação cultural e política que sintetiza a ideia do Sul como Norte (Mastricchio; Fonseca, 2023).

Encontros e conexões que ocorreram na América Latina no âmbito do processo de superação de regimes autoritários e, de certo modo, desde pelo menos a década de 1980, tornaram-se parte de lutas políticas de grande alcance, empreendidas por movimentos populares, organizados em torno de causas ambientais, lutas pela memória das vítimas de ditaduras, direitos sociais e pela própria existência de culturas e povos afetados por políticas de desenvolvimento capitalista. Assim, ideários que traziam as marcas de elaborações e manejos de diferentes proveniências caíram em terreno fértil. E vicejaram. Sabe-se que ao longo do processo histórico que sucedeu as diferentes transições democráticas,

estruturas institucionais cristalizaram formas e mecanismos que, em larga medida, reproduziram modos e usos das assim chamadas “democracias ocidentais”. Mas, isso não impediu movimentos sociais e distintos agrupamentos coletivos de experimentarem e se apropriarem criativamente de formas democráticas, superando as barreiras das alfândegas epistemológicas. Quando menos se esperava, no contexto de aparente triunfo global da ordem neoliberal, movimentos contestatórios como os que tiveram lugar em Chiapas, no México, em 1994, forçaram a sua entrada no campo de discussões políticas internacionais. Com outras características, em 2001, a organização do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, serviu como um novo nó de conexões entre diferentes ideias, práticas e movimentos políticos internacionais. Mais importante: esses são apenas momentos exemplares de um processo amplo e inacabado de redefinição do campo político no tempo presente.

2. Entre o Terceiro Mundo e o Sul Global

Tanto no Brasil quanto em outros países da América Latina, desmoralizar e derrotar as ditaduras militares significou aproveitar os espaços internacionais de circulação de denúncias de violações a direitos humanos e mostrar a farsa inscrita em instrumentos institucionais criados pelos regimes autoritários. No caso brasileiro, uma transição política pelo alto foi ampliada pelo exercício de um ativismo transnacional que alargou os horizontes de discussão política. Tal ativismo, ao se valer de democracia e direitos humanos como abrangentes “quadros interpretativos da ação coletiva” (Tarrow, 2009, p. 143), constituiu uma das dimensões da reorganização política no interior do país, compreendendo um repertório de mobilização social que referenciou as disputas em torno das alternativas no âmbito da questão democrática e de suas possibilidades no contexto nacional.

Acentue-se, assim, na esteira do que aponta Hermet (2001), que há distinções importantes entre o processo histórico que marcou a transição política no Brasil e as lutas em torno da democratização. Pode-se sugerir que a transição política gradual e lenta desenhada pela ditadura, e aceita pelos políticos civis que delimitaram a Nova República, vem sendo desde então disputada e, por vezes,

mas nem sempre, transformada em uma transição democrática pela ação de diferentes interlocutores e agentes, e que assim prossegue, inacabada. Ao ser desafiada por lutas que redimensionaram as fronteiras do político, a transição política ganhou outros contornos e seu resultado vem sendo constantemente pressionado pela presença de noções de democracia e direitos humanos que ultrapassam os limites institucionais. Compreendidos dessa maneira, processos de democratização e lutas por direitos humanos em países como o Brasil, integrantes do espaço imaginativo do chamado Sul Global, ganham dimensões próprias, cotidianamente materializadas, ao mesmo tempo que confrontadas por forças que procuram limitá-las.

Democratizações não ocorrem no vazio. Tampouco a construção de direitos. Seja na década de 1970 ou nos anos recentes, os contornos da democracia brasileira envolvem disputas materiais e simbólicas e as formas como diferentes classes e grupos sociais se percebem no interior de relações que não se reduzem ao Estado e à ideia de nação. Outras comunidades e geografias imaginárias animam e dão sentido às intervenções sociais e às agências políticas. A democratização brasileira é um processo inacabado e indeterminado que evoca diferentes disputas em domínios políticos constantemente reconfigurados. Para tanto é necessário abordar as lutas em torno da democratização para além da linearidade e da teleologia liberal.

Assim, o processo de democratização na sociedade brasileira que vem sendo construído desde as décadas de 1970 e 1980 insere-se em um quadro de interações e conexões que envolvem redefinições do campo político. Desde então, lutas políticas põem em causa e questionam concepções de democracia e direitos humanos como idealizações abstratas e institucionais. As mobilizações sociais em torno de valores democráticos e os mais recentes movimentos em torno dos direitos de minorias, por causas étnico-raciais, bem como do direito à cidade e pela democratização de espaços públicos, entre outras, ao empunharem a bandeira de direitos humanos, forçam a sua materialização e os reconfiguram como parte essencial da vida. Essa materialização da democracia e dos direitos humanos recompõe a demanda histórica por justiça e igualdade. Para David Harvey (2012), “vivemos em uma época em que ideais de direitos humanos se

deslocaram do centro da cena tanto política como eticamente”, mas ainda é necessário que sejam capazes de desafiar “a hegemonia liberal e a lógica de mercado neoliberal ou o modo dominante de legalidade e ação estatal”. No interior de um espaço imaginativo em disputa e em constante questionamento, compreendido pelas dinâmicas do assim chamado Sul Global, essa contradição parece ser definidora do tempo presente.

Cabe, portanto, discutir alguns dos elementos históricos que conformam os sentidos de situar-se na geografia imaginativa do Sul Global. Isso compreende evocar a constituição de um sentido de pertencimento social e político cujas camadas são densas. Em certa medida, as fronteiras imaginadas do Sul Global não são recentes, posto que compreendem o que até há não muito tempo foi amplamente chamado de Terceiro Mundo. Embora essa expressão ainda não tenha caído em total desuso, sua aplicação acadêmica, política e institucional sofreu um considerável declínio (Tomlinson, 2003). Portanto, ainda que superficialmente, é útil explorar alguns dos sentidos inscritos nessa passagem do Terceiro Mundo ao Sul Global.

Até o início da década de 1980, na América Latina e especialmente no Brasil, as representações em torno do chamado Terceiro Mundo tiveram grande aceitação no âmbito intelectual, extrapolando para os debates políticos correntes. Sabe-se que a proposição da denominação de Terceiro Mundo foi apresentada em 1952 por Alfred Sauvy (1986) para caracterizar um conjunto de povos e de espaços distintos da polarização da Guerra Fria, evocando ainda a imagem de uma estratificação social que remetia ao Terceiro Estado francês do período revolucionário. Buscava dar conta de uma realidade mundial composta em grande parte por países que combinavam diversas condições de superação do colonialismo e que estariam situados na base da pirâmide do desenvolvimento mundial. Regiões inteiras submetidas à exploração de seus recursos naturais, como o petróleo e os minérios, bem como aos diferentes desequilíbrios sociais e ecológicos que disseminaram a escassez alimentar (Davis, 2002).

Como aponta Germán Albuquerque (2011), entre as décadas de 1960 e 1980, essa imagem de um espaço comum pós-colonial estimulou uma sensibilidade política e intelectual terceiro-mundista que foi experimentada entre diferentes

setores sociais em distintas partes do mundo, assumindo grande dimensão na América Latina. Estavam em foco noções e práticas de solidariedade internacional, tendo em vista a perspectiva de uma revolução socialista que tivesse conformação singular em tais sociedades. Ao longo do tempo, essas imagens se expandiram e se diversificaram a ponto de estimular diferentes expressões de atitudes, formas, conteúdos e intervenções. O terceiro-mundismo criou um espaço imaginativo comum para a discussão de problemas e perspectivas que envolviam as sociedades que se encontravam à margem do desenvolvimento capitalista.

Destaque-se que, na esteira do terceiro-mundismo, diferentes e amplas lutas sociais e políticas ganharam dimensão global, estimulando um senso internacionalista que buscou variadas inspirações, seja no marxismo ou em projetos nacionalistas e reformistas. A ideia de libertação nacional foi ampliada até constituir-se em um movimento transnacional entre movimentos políticos que praticavam uma sensibilidade própria para os problemas locais baseados na sensibilidade terceiro-mundista. Articulações e aproximações favoreceram iniciativas de diferentes ordens, incluindo aquelas lideradas pelos Estados Nacionais que se reivindicaram como parte de um grupo de países não alinhados à bipolaridade da Guerra Fria (Pereira; Medeiros, 2015).

Não se alinhar, contudo, era algo muito difícil, especialmente considerando que as classes dirigentes nacionais tinham interesses arraigados na manutenção de estruturas de poder. Além disso, os territórios demarcados como o Terceiro Mundo foram alvos das disputas internacionais e, assim, ao mesmo tempo em que os impérios coloniais se desmanchavam, renovavam-se antigas formas de dominação. Contra a perspectiva das revoluções de libertação nacional instigadas pelo socialismo terceiro-mundista, os conquistadores ocidentais e seus cúmplices nesses espaços reconfigurados passaram a brandir uma nova ideologia: a modernização. Diversas partes desse mundo chamado então de subdesenvolvido receberam as inflexões de políticas desenvolvimentistas baseadas nas chamadas teorias da modernização. Os dilemas pós-coloniais passaram a ser traduzidos em termos segundo os quais o subdesenvolvimento poderia ser superado por programas governamentais patrocinados por agências

internacionais criadas ao fim da Segunda Guerra Mundial sob patrocínio dos Estados Unidos e de suas corporações empresariais. A modernização passou a ser uma busca incessante de diferentes países, assumindo dimensões e agendas que assemelhavam governos de matizes ideológicos distintos sob a forma do desenvolvimentismo. Na América Latina, entre as décadas de 1950 e 1980, os programas de modernização, especialmente no meio rural, abriram oportunidades para distintas intervenções que visavam conter o avanço de movimentos políticos de esquerda sob uma pretensa face humanitária (Ekblad, 2010, p. 190-191).

No Brasil, projetos desenvolvimentistas ganharam a dimensão de um consenso nacional para a implementação de “um modelo de industrialização planejada e apoiada pelo Estado”. Celso Furtado e Roberto Simonsen, entre outros, destacaram-se entre os expoentes de um “ciclo ideológico do desenvolvimentismo”, capaz de organizar o campo de discussões políticas sob perspectivas que situavam o país em um amplo cenário internacional (Bielschowsky, 2004, p. 247). Ainda na década de 1950, esteve em alta um pensamento nacionalista econômico que influenciou sob diferentes aspectos na formulação de um desenvolvimentismo que se opunha às teorias da modernização norte-americanas. Seja em torno da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) ou do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), foram formuladas estratégias sociopolíticas que envolveriam um compromisso do Estado, de trabalhadores urbanos e de uma imaginativa burguesia nacional em favor de projetos nacionais de industrialização para a superação do subdesenvolvimento. Este seria simbolizado pelo predomínio dos interesses do latifúndio agroexportador e subordinado aos centros de poder imperial.

Respondendo tanto ao entusiasmo gerado pela Revolução Cubana quanto em aos golpes e ditaduras militares na América Latina, surgiram diferentes críticas a essa perspectiva. Novos debates em torno do desenvolvimento tornaram possível a formulação de respostas que se alimentavam da sensibilidade política terceiro-mundista ou ao menos de certa tradição crítica ao eurocentrismo implícito no imaginário da modernização. Em diálogo ou em contraposição às ideias nacional-reformistas, as distintas vertentes da teoria da dependência

trouxeram para o centro das discussões a existência de uma burguesia nacional favorável a um projeto nacional de transformação (Bresser-Pereira, 2010). Como um par antitético crítico da modernização, as teorias da dependência possibilitaram leituras que vicejavam entre um terceiro-mundismo contestatório e conflitivo. Sua influência muito ampla, dando sentido a formas de conceber o campo político e a justiça social sob fronteiras muito alargadas, tais como as que vicejariam no âmbito da Teologia da Libertação e da chamada Nova Esquerda. Constituíram interpretações que refutavam as teses desenvolvimentistas em diferentes âmbitos, rejeitando a linearidade do processo de superação do subdesenvolvimento. Esse seria um modo próprio de desenvolvimento associado e dependente de países submetidos a uma correlação de forças mundial dominada pelo imperialismo das potências capitalistas e por estruturas que impunham a superexploração do trabalho no interior das fronteiras nacionais (Wasserman, 2017, p. 120). Para além da perspectiva de um projeto nacional, estava sendo formulada a imagem de um espaço transnacional de lutas sociais e de contestação política.

Desdobrado em mitos e mitologias políticas de amplo espectro, associados seja a programas de desenvolvimento fomentados por governos ou por sensibilidades difusas em torno da cultura popular, o Terceiro Mundo possibilitou uma junção de elementos compósitos no que Arturo Escobar (2007, p. 29) considera uma “imaginação geopolítica”. Essa imaginação desdobrou em articulações mais complexas, como o Grupo dos 77, coalizão formada a partir de 1964 entre países subdesenvolvidos no âmbito das Nações Unidas (Albaret; Devin, 2016). Isso aproximou processos históricos a tal ponto que houve momentos em que mesmo países situados na esfera dos centros hegemônicos de poder sofreram sua influência, sendo exemplar o caso de Portugal nos anos que imediatamente se seguiram à Revolução dos Cravos (Narra, 2023). O terceiro-mundismo fez-se presente, portanto, em um dos marcos daquela que teria sido a onda democratizadora a marcar o final do século XX (Huntington, 1994, p. 14).

Um aspecto da geografia imaginativa construída em torno da ideia de Terceiro Mundo é que, ao metaforizar uma sociedade estamental, tal sensibilidade política remetia à percepção de profundas desigualdades e conflitos sociais em

âmbito mundial. Tratava-se de um repertório social de lutas e mobilizações em que a centralidade estava no conflito social oriundo de uma estratificação social sustentada por mecanismos exploratórios. Para muitos, isso sugeria uma escala global das lutas de classes e permitia dar contornos efetivamente mundiais à arena dos conflitos sociais. A contestação e o conflito traçavam uma política mundial ao serem percebidos segundo uma lógica terceiro-mundista.

Entre as décadas de 1970 e 1980, contudo, diferentes processos históricos de grande alcance suscitaram novas perspectivas. Depois de um período de disseminação e de grande acolhida política e intelectual, o projeto e os imaginários associados ao terceiro-mundismo reduziram sua influência, sob o contexto que se seguiu ao vasto predomínio neoliberal ao fim da Guerra Fria, nos anos de 1990. A imagem de um Terceiro Mundo como uma comunidade imaginativa perdeu capacidade para fomentar encontros e conexões entre diferentes formas de mobilização e de projetos políticos na medida em que se impôs um quadro de relações internacionais amplamente refratário a reformas e iniciativas revolucionárias. Aos poucos, novos fóruns de discussão entre agentes políticos e diplomacias internacionais, marcados ainda pela perspectiva do desenvolvimentismo, passaram a perceber os dilemas dos países subdesenvolvidos no interior de um quadro de estratégias internacionais de cooperação. Figuras como o social-democrata alemão Willy Brandt (1981) apareceram como vozes de uma cooperação Norte-Sul, estabelecendo uma linha imaginária que dividia o mundo conforme o Produto Interno Bruto *per capita*. Essa mudança de percepção tirava do centro da ação política a contestação e o conflito e propunha a ideia de um mundo que poderia ser formado por parcerias internacionais.

Tal conformação, por um lado, manteve a perspectiva de estimular relações multilaterais Sul-Sul, na forma de blocos econômicos como o Mercosul, mas, por outro lado, restringiu tais contatos às esferas estatais e à promessa nunca realizada de aportes por meio de estruturas financeiras hegemônicas globais. A geografia imaginativa do Terceiro Mundo, profundamente politizada, conflitiva, coesa, territorial, divergente e contestadora da ordem internacional, foi absorvida pelos escaninhos burocráticos e diplomáticos e pelos discursos

salvacionistas de grandes corporações, líderes ocidentais e celebridades. Estes reciclaram as antigas prédicas desenvolvimentistas sob a forma de iniciativas para fomentar o que se passou a chamar de “empreendedorismo” em comunidades locais. Imagens de crianças em situação de risco em diversas partes da América Latina, da África e da Ásia tornaram-se parte de um *marketing* humanitário de ricos e aristocratas internacionais, financiadores de entidades que se apresentam como não governamentais, mas grandemente apoiadas por gigantescas corporações capitalistas, bem como por ativistas que se situam no âmbito de um “neoliberalismo progressista” (Fraser, 2018).

Aos poucos, os traçados dessa nova cartografia imaginativa posicionaram os mesmos países com características pós-coloniais em uma dimensão que seria mais adequada a um mundo que fosse mais cooperativo e interdependente, sob os primados do liberalismo ocidental. As assimetrias socioeconômicas não deixaram de ser evidenciadas, mas as reivindicações por mudanças nas correlações de forças em âmbito internacional perderam grande parte da característica contestadora que a sensibilidade política terceiro-mundista inspirara. Embora questionassem as bipolaridades da Guerra Fria e fossem próprias de um período de esgotamento das políticas desenvolvimentistas, tais iniciativas compreendiam uma determinada lógica política inscrita no padrão dominante global. De certa forma, boa parte das representações triunfalistas do neoliberalismo ao longo das décadas de 1980 e 1990, especialmente a imagem de uma imparável globalização, foi incorporada na noção de um Sul Global desterritorializado e convergente. Isso, em certa medida, tendeu a despolitizar e a reduzir a amplitude das discussões suscitadas pelo terceiro-mundismo e a transformar a imagem de um Sul Global, ao menos na dimensão dos discursos das lideranças mundiais, em mais uma estratégia de poder, estatal e corporativo, sob um contexto neoliberal (Visentini, 2015). As relações entre blocos econômicos assim constituídos favoreceram a livre circulação de capitais, considerando o espaço de um mercado financeiro global, mas manteve restritas as movimentações de milhões de pessoas que passaram a viver na clandestinidade e na precariedade dos fluxos de migrações internacionais.

Na América Latina, particularmente no Brasil, essa passagem entre um período histórico em que se difundiu uma sensibilidade terceiro-mundista e a afirmação de novas estratégias de cooperação no contexto de crise das políticas nacionais de desenvolvimento, correspondeu ao contexto de lutas contra as ditaduras militares e de transições políticas. Assim, quando em tais sociedades se aprofundaram diferentes processos de democratização, estes ocorreram em um momento de triunfo de perspectivas liberais e, mais precisamente, neoliberais. Quando no Brasil se realizava uma transição política lenta e pelo alto, esgotava-se o ciclo desenvolvimentista no interior do qual lutas políticas e sociais haviam inspirado a apropriação de visões de mundo como aquelas suscitadas pelo terceiro-mundismo.

Por outro lado, para além do predomínio de concepções neoliberais que passaram a associar democracia e mercado livre, durante os anos de 1980-1990, a perspectiva de um Terceiro Mundo unificado em torno de projetos comuns dissolveu-se. Variados mundos passaram a se apresentar no cenário internacional, cada qual com suas próprias agendas de desenvolvimento, enquanto ocorriam mudanças nas agências globais de poder. A imposição de formas capitalistas liberais reforçou o papel atribuído ao Fundo Monetário Internacional, ao Banco Mundial e à Organização Mundial do Comércio, enquanto as Nações Unidas perderam relevância para respaldar as articulações dos países que passaram a ser chamados de emergentes.

Como aponta Tomlinson (2003), em paralelo, a coesão política e materialista da geografia imaginativa construída em torno da ideia de Terceiro Mundo esvaziou-se na mesma medida em que outras abordagens intelectuais ocuparam seu lugar, especialmente a produção acadêmica em torno da teoria e da história pós-colonial. Novos elementos foram postos na composição imaginária do que assemelhava ou distinguia as culturas do que começava a ser chamado de Sul Global. Diferentes perspectivas passaram a abordar as experiências dessas populações a partir de paradigmas culturais como o da heterogeneidade, da desterritorialização e da multiplicidade de identidades. Um mundo com muitas margens e variadas fronteiras históricas não mais cabia na geografia terceiro-mundista. Isso significou a valorização dos hibridismos, por um

lado, ou dos essencialismos estratégicos, por outro, buscando referir-se a diferentes tipos de solidariedade entre variados grupos e movimentos culturais situados em distintas partes do mundo, com vistas ao “empoderamento” de indivíduos que comporiam as mais diversas minorias.

Cabe, então, conectar essas diferentes dimensões, pondo em cena o processo histórico recente que envolve as lutas em torno da democratização de sociedades como a brasileira. No Brasil, as iniciativas sociais que empreendem a construção de espaços democráticos e de exercício dos direitos humanos se debatem com dilemas de um processo de transição política que evitou enfrentamentos com suas profundas contradições sociais e históricas, ocorrido em um contexto neoliberal. Ao mesmo tempo, o cenário internacional restringiu as possibilidades de ampliar e reconfigurar o domínio político, posto que os ativismos transnacionais que mobilizaram as lutas contra os regimes autoritários perdiam consistência em favor de atitudes conformistas e despolitizadas. É possível sugerir que a transição brasileira envolveu confrontos com uma racionalidade política que correspondeu a um “regime de historicidade” em que o neoliberalismo tornou “subversiva” a demanda pelas promessas de direitos e bem-estar expressas nas lutas sociais empreendidas na segunda metade do século XX (Traverso, 2021).

Agentes políticos sociais situados no espectro liberal que se voltaram contra a ditadura em meados da década de 1970, ao mirarem o aparato autoritário, especialmente a censura prévia, pretendiam de fato atingir os mecanismos de intervenção do Estado na economia e as políticas desenvolvimentistas. A grande imprensa situou-se como a principal porta-voz e uma das esferas mais relevantes de articulação dos “democratas” recém-convertidos. O consenso desenvolvimentista que fora forjado desde os anos de 1930, e que ganhou uma conotação autoritária após 1964, estava sendo quebrado entre as classes dominantes e dirigentes. Isso permitiu que lideranças oposicionistas atentas à nova racionalidade ganhassem influência, bem como a troca de posições entre colaboradores do regime. Estava em andamento a “virada neoliberal” que solaparia as iniciativas neokeynesianas que até então haviam inspirado as políticas desenvolvimentistas pensadas em fóruns e agências

internacionais de cooperação multilateral. Tal articulação internacional, envolvendo Estados e corporações privadas, deu vazão a expressões de uma racionalidade que dominou o cenário acadêmico e midiático e sustenta as ações dos mais poderosos organismos financeiros nacionais e internacionais, especialmente bancos centrais alheios a qualquer escrutínio popular. A racionalidade neoliberal promove a “generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação” (Dardot; Laval, 2016, p. 17).

A “contrarrevolução monetarista” impôs-se, triunfando definitivamente ao fim da Guerra Fria, sob a bandeira dos primados liberais neoclássicos (Villarreal, 1983). Um cosmopolitismo neoliberal passou a apresentar-se sob a forma do que seria uma globalização dos hábitos e gostos. Desde então, tem sido elaborada nesses meios oficiais a imagem de um Sul Global sem projeto político definido, ganhando forma em ações para a promoção de valores da nova racionalidade. No Brasil, o Estado nacional-desenvolvimentista entrou numa longa crise, solapado pelas mudanças tecnológicas do final do século XX, que pressupunham novos padrões produtivos, e pelo predomínio do capital financeiro. Ao mesmo tempo, a ausência de projetos políticos que pudessem estabelecer novas estratégias de arregimentação de forças sociais deu lugar a um imobilismo que restringiu o alcance das promessas da democratização (Nobre, 2013).

As lutas por democratizar a sociedade brasileira ocorreram desde o fim da ditadura, portanto, em um entremeio político e cultural no qual a geopolítica internacional foi atravessada não apenas pelo fim da Guerra Fria, mas pela crise do desenvolvimentismo e pela virada neoliberal. No interior desses vértices houve uma recomposição de geografias imaginárias e projetos políticos. Uma das dimensões desse processo é perceptível nos conflitos que perpassam a busca por politizar democraticamente a noção de Sul Global, retirando-a do sequestro que os agentes do poder mundial querem impor.

Portanto, cabe perceber os riscos de se estar a construir mais uma geografia imaginativa que “orientaliza” povos e sociedades sob um rótulo que corresponde a uma operação epistemológica ocidental, na perspectiva de Said (1990). Em certa acepção, isso pode corresponder a uma junção homogeneizadora

e arbitrária de realidades e formações extremamente diversas, tendendo a favorecer lógicas de intervenção do poder hegemônico em escala mundial. Por outro lado, é indispensável considerar que “regimes de representação” (Escobar, 2007, p. 30) que marcam as sociedades que não se encontram no centro do poder internacional favorecem um constante encontro conflitivo que perpassa identidades e resistências políticas. Esses encontros e conexões conformam uma dimensão própria do político, a qual não se enquadra necessariamente nas geografias imaginárias e temporalidades históricas canônicas. Uma disputa por virar e revirar os mapas imaginários da política.

3. Recriar o político e materializar os direitos

O âmbito do político ganha outra dimensão e contornos quando atravessado por tempos e situado em lugares que suscitam encontros e conexões que extrapolam geografias e regimes de representação restritos a fronteiras nacionais e disciplinares. Como pontua Pierre Rosanvallon (2010, p. 72), o político é tanto um campo, no qual são entrelaçados os fios que formam um quadro de projetos e ações, quanto um trabalho de reconstituição constante do que se imagina como o social ou uma sociedade. Trata-se, assim, de um contínuo processo de disputa em torno de projeções, projetos, leituras e interpretações. Conectar “a ágora, a cidade e o mundo” e promover abordagens transnacionais (Sirinelli, 2014, p. 107) envolve a atenção aos processos de politização em que há encontros de mobilizações e engajamentos, renovando os ativismos políticos internacionalistas. Isso é tanto mais importante em um contexto histórico de predomínio de uma “pax” neoliberal em que os espaços internacionais do mercado capitalista estão “insulados da interferência política dos Estados Nacionais”. Estes passam a atuar como anteparos necessários para a imposição de um “regime de governamentalidade” em que o controle das populações “se dá para e pelo mercado”, esvaziando a democracia e impedindo qualquer forma de imaginação de mudanças, sob o aspecto de um neoliberalismo autoritário (Andrade; Côrtes; Almeida, 2021). Diante desse quadro, é possível discutir os recursos políticos e democráticos disponíveis nas imagens de um Sul Global para compreender alguns dos dilemas do tempo presente.

Difícilmente a dimensão imaginativa do Sul Global poderia ser traçada por contornos que escapassem à lógica neoliberal. Mas, talvez seja possível perceber que as novas geografias políticas estão em permanente recomposição. Particularmente, no tempo presente, as mobilizações sociais deparam-se com os mecanismos autoritários e sem precedentes do chamado “capitalismo de vigilância”, que intensifica formas de *lawfare* e contenção social em massa. A vigilância contínua possibilitada por novos meios tecnológicos apropriados por grandes conglomerados e corporações capitalistas impõe a restrição da atividade pública e da política aos “imperativos econômicos que desconsideram normas sociais e anulam direitos básicos associados à autonomia individual” (Zuboff, 2021, p. 27). Isso se dá pelo acesso irrestrito aos dados comportamentais que circulam no espaço da internet e que são um manancial para o controle dos imaginários e para a limitação das formas de exercício político.

Tornou-se desafiador reconstruir fios e entrelaçamentos entre causas políticas contestadoras, neste caso conectando o que foi dividido e fragmentado continuamente tanto pelos Estados Nacionais, que assumem novas atribuições, quanto pelos controles sobre a circulação de informações, as formas autoritárias de exercício do poder econômico e as assimetrias de poder. Trata-se de ter em conta as diferentes possibilidades de politização da vida social em uma cartografia imaginária que se materialize em diferentes projetos. Trata-se de evitar, portanto, visões homogeneizadoras e que limitam as relações sociais no espaço mundial aos acordos diplomáticos e a fetichizar fronteiras que desfazem interações. O político ganha outros contornos quando visto no Sul. E essa é uma questão inescapável do tempo presente.

Materializar politicamente a geografia imaginativa do Sul Global importa ainda em ressaltar filiações, redes e relações, na tentativa de encontrar indícios e sinais que estejam localizados e territorializados, ou seja, que não sejam abstrações com pretensão teórica universal. Cabe compreender os lugares sociais como repletos de tempos, seja na forma de gerações ou de tradições políticas de luta, ou ainda em partidos, movimentos, associações ou espaços de sociabilidade, em permanente trânsito e conflito.

O *político* sofreu deslocamentos em função de mudanças nas perspectivas analíticas, que não mais se resumem ao Estado e seus aparatos de dominação e legitimação. O campo político passa a envolver uma construção histórica referida tanto a espaços discursivos quanto a práticas e experiências elaboradas em múltiplas interações sociais, as quais extrapolam estruturas instituídas, como os partidos e os mecanismos de representação. Demandas sociais deixam de caber nas formas canônicas de exercício do poder institucional. O político aparece, então, como uma articulação nos “nós históricos” ou “nós temporais”. Um ponto nodal entre experiências de tempo e temporalidades. Distintas práticas políticas aparecem nos trânsitos e nas passagens, nos projetos e lutas que não estão situados em formas institucionais acabadas, envolvendo novos recortes.

A variação das escalas de abordagem desse campo político redimensionado a partir de um paradigma crítico pode possibilitar a percepção de novas formas de politização e o aparecimento de outros sujeitos políticos. No caso das sociedades do chamado Sul Global, isso pressupõe uma temporalidade em que o passado colonial, o chamado imperialismo e as assimetrias de poder são permanências indelévels. Assim, como apontado anteriormente, nem tudo é novo no Sul Global. Conflitos e forças extrapolam os âmbitos nacionais, reorganizando divisões e fraturas sociais, as quais dizem respeito à permanência de estruturas de dominação, bem como influenciam a construção de projetos políticos de transformação do poder.

Relações econômicas capitalistas postas em movimento desde pelo menos a década de 1970 impuseram rupturas no interior de territórios delimitados pelos Estados Nacionais. Isso ocasionou novos delineamentos do que se compreende como a esfera do político e de seus sujeitos, assim como seus campos de ação. Mecanismos sociais próprios de uma racionalidade neoliberal alargaram a privatização de espaços públicos e de esferas de discussão coletiva, o que passou para o controle de grandes companhias, especialmente capazes de dominar as novas tecnologias de informação. Não apenas serviços antes públicos estão sob o controle privado, extrapolando qualquer mecanismo de concessão estatal, mas a própria delimitação do que se convencionou esfera pública de discussões passa a subordinar-se aos fluxos do grande capital, sem qualquer mecanismo de

regulação social. Ampliam-se os limites da propriedade privada a praticamente todas as esferas sociais, incluindo de modo dramático os recursos naturais e tudo aquilo que envolve a própria vida. As relações políticas são passados-presentes de conflitos dinâmicos, estes atravessados por mecanismos em que o neoliberalismo assume a forma de uma acumulação por espoliação, com uma contínua acumulação primitiva de capital e precarização da vida, agora na forma de plataformas digitais, terceirização e flexibilização das relações de produção (Harvey, 2006). Em escala ampliada, isso é perceptível na proliferação de conflitos armados e nas guerras do petróleo e seus bombardeios massivos.

A repolitização de um espaço imaginativo de lutas sociais em âmbito transnacional é ainda desafiada pelo contexto de ascensão de extremismos de direita. Nesse aspecto, envolver os âmbitos políticos nacionais em um quadro interpretativo abrangente significa reavaliar os processos de democratização das últimas décadas. Sociedades da América Latina, tal como a brasileira, têm passado por processos sociais em que se verifica uma exaustão de formas políticas e definições de procedimentos democráticos instaurados no período pós-ditaduras. Recomposições e esgarçamentos do sistema político institucional favorecem discursos conservadores e, assim, a direita política impõe-se no centro do debate público. Personagens e expressões públicas desse avanço conservador apareceram como se fossem novidades capazes de promover as mudanças que os mecanismos democráticos esvaziados são incapazes de propor. Um campo de batalhas foi sendo traçado na indústria cultural, na internet, nas escolas e nas universidades.

Com a posse eficaz dos novos instrumentos de comunicação digital, as guerras culturais da direita transformaram rapidamente o cenário político (Hunter, 2009). O debate público reduz-se aos discursos reacionários contra o que seria o predomínio de pautas favoráveis aos direitos das chamadas minorias. Isso ainda implica a defesa de leis penais mais duras e da violência policial, parceira do crime-negócio que desfaz mecanismos de proteção social democrática junto às populações empobrecidas. Distopias neoliberais são defendidas em público na grande mídia, tornando-se um novo padrão moral e cultural.

Muito antes desse cenário tornar-se realidade, Antônio Flávio Pierucci pontuava que a restrição do espaço de construção do político às identidades e diferenças poderia ser uma “cilada” (Pierucci, 1999, p. 55). Em sua guerra cultural, a direita aposta na essencialização de diferenças, rejeitando os diferentes, os clandestinos, os divergentes e rechaçando a perspectiva da igualdade social. Em contraposição, democracia e direitos humanos ganham consistência material ao se apresentarem na forma de projetos políticos que tenham em seu horizonte a luta pela igualdade social e a afirmação de direitos universais. É na direção oposta a esse tipo de contestação política que se percebe o movimento de formas fundamentalistas do mercado neoliberal em conjunção com a direita religiosa e os novos mecanismos de vigilância e contenção social.

Para grande parte dos analistas posicionados no centro das discussões manejadas pelas grandes mídias e pelas estruturas políticas convencionais, trata-se de uma vaga mundial neoconservadora, uma reversão da onda democratizadora iniciada na década de 1970 (Huntington, 1994). Contudo, pode-se questionar: dada a trajetória própria das sociedades do Sul Global, os significados de tal processo seriam os mesmos do que vem sendo verificado em países do centro capitalista? Apesar de seu aspecto transnacional e de sua dimensão trans-histórica, o desafio dessas direitas “pós-fascistas” (Traverso, 2021) frente aos processos sociais democratizadores envolve conexões diversas em países como o Brasil. Obviamente, essa é uma questão de grande alcance para a qual não há respostas assertivas possíveis. Mas, trata-se de pô-las em relevo ao discutir o político na perspectiva de processos históricos que escapam aos procedimentos e às regras do “jogo democrático” estabelecido.

Como dimensões que extrapolam as fronteiras nacionais e influenciam as relações políticas no Brasil desde, pelo menos, o final da década de 1970, as noções de democracia e direitos humanos, como apontado anteriormente, são frequentemente reposicionadas no interior dos discursos políticos dominantes. Recentemente, em função do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) e do quanto representou como expressão da ascensão da extrema-direita, o país voltou a ser evocado em discussões sobre seu sistema democrático e de garantia de direitos. Os esforços para conter o avanço da extrema-direita têm suscitado leituras que

procuram situar países como o Brasil como mais um capítulo de uma onda neoconservadora que estaria solapando a democracia em âmbito internacional. Análises produzidas em círculos internacionais convencionais tornaram-se parte constante de debates na mídia convencional. Uma generalização das mesmas ideias e representações é tomada como resposta canônica para os dilemas do processo de democratização brasileiro. Espera-se a mera reprodução retardatária de processos sociais emoldurados pelas “democracias ocidentais”. Em contraposição, é necessário considerar até que ponto a chamada “crise da democracia”, tal qual é alardeada por diferentes meios, ganha formas próprias e, em particular, tem uma trajetória singular em países como o Brasil (Ballestrin, 2022).

O contexto de ascensão de movimentos de extrema-direita configura um processo que pode ser situado no quadro do que vem sendo chamado de “desdemocratização”, compreendendo o esvaziamento social das práticas democráticas, restringindo as formas de consulta popular e limitando as conquistas de direitos e a promoção da igualdade (Tilly, 2007, p. 59). Contudo, o debate internacional sobre temas daí derivados, balizado por relações institucionais e sujeito ao poder de agendamento das grandes estruturas midiáticas, segue conformado a uma lógica mais ou menos convencional em torno de lideranças e eventuais estratégias interestatais. Compreende-se aqui que uma historiografia do tempo presente pode oferecer para uma mirada desde o Sul, dado que as dinâmicas sociais que afetam suas sociedades compreendem espacialidades e temporalidades próprias. Os limites que os sistemas políticos liberais impõem ao aprofundamento dos processos de democratização e as próprias características desdemocratizadoras do liberalismo compreendem eventos e objetos que fazem parte das lutas políticas em países como o Brasil sob condições em certa medida alheias e anteriores mesmo à recente preocupação mundial com a crise dos regimes democráticos (Miguel, 2022).

No tempo presente dessas sociedades, o fazer político constitui-se como uma possibilidade inacabada, provisória e em constante disputa em torno de ideias e valores cujos significados e sentidos se alteram em função dos conflitos e correlações de forças. São tensões em que passado e futuro se encontram, não

como progresso e linearidade, mas como confronto de assimetrias de classe, de gênero ou de experiências étnico-raciais, o que envolve o trânsito de ideias, personagens e grupos que forcem sua presença para além da representação política tal qual praticada há séculos na modernidade ocidental. Nesse aspecto, há aí elementos de uma redefinição do político em âmbito transnacional.

A chamada crise da democracia representativa, tal qual é apresentada pelos grandes meios de comunicação, não é apenas mais uma crise política, resolvida pelo rearranjo da correlação de forças. Trata-se de algo mais intenso, pois envolve o trânsito ou a transição histórica para formas de exercício político que põem em questão a própria junção problemática entre democracia e representação (Pitkin, 2004). Para populações afetadas pela espoliação cotidiana, contudo, os procedimentos da democracia representativa muitas vezes apareceram como códigos usados pelos poderosos para impedirem a transformação do poder. Nesse aspecto, movimentos sociais das primeiras décadas deste século empreendem lutas que envolvem passagem da representação para a presença, envolvendo uma democracia que seja substantiva, sem perder de vista os mecanismos de legitimidade institucional, o que rearranja a política e redefine o que tomamos como o político. Assim, a democracia representativa tal qual a conhecemos passa a ser uma abstração insuficiente à luz de novas demandas e lutas. A própria política, o campo político e a temporalidade da política estão em questão, portanto.

É uma questão do tempo presente compreender a extensão de tais demandas, configurando a necessidade de uma história política da presença e dos mecanismos utilizados pelos detentores do poder político para domá-la e impedi-la, seja por meios repressivos e espoliativos ou pelo controle da informação e das redes sociais. Isso é particularmente importante porque em sociedades que se imaginam como parte do Sul Global, as mobilizações políticas de grupos sociais subalternizados passam por suas conexões com diferentes partes do mundo, as quais necessariamente envolvem os ambientes da internet.

Esse outro Sul Global é construído por lutas sob a forma de uma ecologia política que envolva uma gama variada de espaços e de temporalidades históricas, por meio da qual diferentes experiências democráticas e de

alargamento dos direitos humanos ganham dimensão própria. No caso brasileiro, o sinuoso processo de democratização e as demandas de grupos historicamente marginalizados aprofundaram clivagens socioeconômicas e culturais, sobretudo entre gerações e classes sociais, bem como as fissuras que separam experiências e expectativas, que não mais podem ser preenchidas por narrativas apaziguadoras.

Tais narrativas descrevem consensos em torno dos procedimentos democráticos formais em que as demandas das classes trabalhadoras aparecem como ameaçadoras e causadoras de instabilidades. Movimentos de contestação do regime autoritário foram canalizados para a campanha pelas eleições diretas e esta foi contida pelos acertos no interior do Congresso Nacional. A elaboração da nova constituição foi controlada pelo grupo parlamentar conservador chamado de “centrão”, assegurando que as Forças Armadas ficassem protegidas de qualquer intervenção democrática (Perlatto, 2019). São gestões políticas que cerceiam futuros possíveis e limitam o potencial de transformação social, evitando possibilidades e alternativas. Antes de qualquer crise democrática, os setores sociais que hegemonizaram o processo da transição política no Brasil trataram de reduzir a amplitude potencial de trânsitos, nós e passagens que não cabiam nas balizas definidas por projetos e recortes alheios às lutas populares. A transição foi menos vivida como trânsito e passagem indeterminada e conflitiva e mais como institucionalização de acordos, legando uma democracia de baixa intensidade, uma justiça de transição tardia e a manutenção de estruturas cristalizadas de poder. Essas forças, civis e militares, voltaram a se articular para depor Dilma Rousseff, bem como para inviabilizar Luiz Inácio Lula da Silva e seu partido, o que se desdobrou nas condições políticas que permitiram a ascensão da extrema-direita e de Bolsonaro.

Assim, as narrativas frequentes sobre a “crise da democracia” produzidas e difundidas nos meios convencionais e hegemônicos não são capazes de dar conta de sociedades nas quais os processos de democratização e de desdemocratização se confundem. Quanto a isso, uma história do tempo presente que tenha em vista o Sul Global pode pensar o político para além do seu eventual retorno à produção historiográfica, tal como se descreveu em

décadas recentes. O político compreende práticas e repertórios sociais conectados, o que envolve não exatamente seu retorno, mas sua recriação. Assim, ao invés de separar, podemos pensar em perceber conexões e interações, por exemplo, na forma como democracia e direitos humanos ganharam outras significações nas lutas anticoloniais e na reinvenção de comunidades imaginadas transnacionais, desde iniciativas como as que partiram da Conferência de Bandung até os mais recentes levantes populares, cujos repertórios seguem sendo reatualizados.

Entre os elementos centrais da recriação de um domínio político que extrapole os quadros do neoliberalismo, aparece a noção de direitos humanos. Trata-se de um dos conceitos fortes que emergiram em sociedades como a brasileira ao fim da ditadura militar e nas décadas seguintes. Os direitos humanos foram mobilizados e reatualizados ao longo das décadas de 1970 e 1980 como última das utopias internacionalistas (Moyin, 2010).

Contudo, sob a vaga neoliberal, no âmbito das relações internacionais patrocinadas pelos Estados Unidos, houve a associação entre direitos humanos e livre mercado. Entre os resultados dessa fórmula, o usufruto dos direitos humanos passou a restringir-se a uma noção abstrata de liberdade individual. No contexto da transição política no Brasil e na América Latina, essa questão permaneceu em aberto, ora limitando o alcance de lutas pela conquista de direitos, ora aparecendo como bandeira de luta para o exercício da justiça social. As liberdades democráticas demandadas pelos movimentos populares não cabiam nos arranjos transicionais negociados pelas cúpulas políticas.

Mas, a história não acabou. A noção reinante e “autoevidente” de um espaço imaginativo do humanismo ocidental que temos hoje, e que é sustentada por diferentes agências e agentes capitalistas internacionais, vem sendo disputada desde pelo menos os anos 1970 e 1980, quando diferentes ativismos políticos reivindicaram a solidariedade e os direitos coletivos como as bases para os direitos humanos. É preciso ter em conta que historicamente tem sido criado um espaço político que envolve disputas entre “noções concorrentes de direitos”. Mais uma vez é preciso mencionar que muitas dessas disputas ocorreram inicialmente nos quadros de um terceiro-mundismo que ainda vicejava, tendo

especial significado na resistência ao regime racista da África do Sul, conduzida não em nome de uma abstração liberal, mas como luta anticolonial com contornos socialistas (Hoffmann, 2019). Esteve em jogo materializar direitos e promover a justiça social, o que diz respeito a políticas formuladas no âmbito dos Estados e dos territórios e não pelos mercados globais. Foram lutas muito mais abrangentes e coletivas, portanto, do que as imagens icônicas da cultura pop procuram cristalizar, frequentemente acionadas na cacofonia multicultural presente em grandes espetáculos musicais e competições esportivas que celebram um novo tipo de filantropia global.

Nessa dimensão, os contornos políticos dos processos de democratização e dos direitos humanos materializam-se nos cruzamentos entre diferentes ideários, solidariedades e repertórios de mobilização social. Disputas têm sido frequentes entre as diferentes formas de conceber o exercício dos direitos humanos como utopia materialmente realizável, ampliando os limites impostos por estruturas de poder incrustadas no Estado e no mercado capitalista. Lutas e conflitos protagonizados por diferentes movimentos populares para a ampliação de direitos, sendo estes não como abstrações ou formalismos liberais.

Diferentes movimentos populares empunham a bandeira dos direitos humanos no enfrentamento de questões concretas da vida, especialmente a busca de acesso a bens básicos da modernidade, contestando a hegemonia neoliberal. No Brasil, isso envolve uma trajetória que liga os “novos” movimentos sociais das lutas pela democratização nos anos de 1970 e 1980 às “novíssimas” mobilizações de grupos e coletivos em torno de políticas reparatórias (Gohn, 2008), bem como apreender os sentidos de situar-se no Sul Global, sem desconsiderar as trajetórias das lutas terceiro-mundistas. Nesses casos, em vez de relativizar os direitos humanos, ocorre a ampliação de sua universalidade a partir de sua territorialização, ultrapassando as fronteiras das geografias imaginativas de utopias liberais e recuperando a longa história de luta por sua materialização. É a perspectiva da igualdade social material e do usufruto amplo e concreto de direitos o que mais tensiona a política no tempo presente. A luta por valores democráticos e universais, quando estes apontam para a justiça social, materializa-se na contestação às espoliações cotidianas e na busca pela

desmercadorização da natureza, bem como pela restituição da dignidade dos que sofrem a contínua desvalorização de seu trabalho e de sua história.

Ao contrário de viver na utopia dos outros, as mobilizações políticas assim compreendidas demandam uma história do tempo presente que esteja atenta à experiência temporal e aos repertórios e itinerários das práticas democráticas e das lutas por direitos em sociedades pós-coloniais. Isso significa recortar objetos, espacialidades e temporalidades na perspectiva de que as fronteiras, os muros e as faixas (de Gaza) podem indicar limiares para questionar os insulamentos nacionais, em geral estadocêntricos e imperiais. Nas continuidades ou nas simples passagens, é possível perceber as conexões que foram desligadas por representações canônicas, bem como pelas grandes narrativas lineares e as classificações abrangentes do tempo histórico. O objeto de uma historiografia assim compreendida é o tempo da vida e do vivido, em sua materialidade, o que pressupõe questionar a despolitização do sentido das lutas sociais. Ao buscar processos em movimento e trajetórias não encerradas, a história do tempo presente tem o desafio de identificar os projetos políticos do Sul que não cabem nas geografias imaginativas hegemônicas.

Referências

ALBARET, Mélanie; DEVIN, Guillaume. Los países del sur en Naciones Unidas. **Foro Internacional**, Cidade do México, v. 56, n. 1, p. 13-39, 2016.

ALBURQUERQUE, Germán. Tercer Mundo y tercermundismo en Brasil: hacia su constitución como sensibilidad hegemónica en el campo cultural brasileño, 1958-1990. **Estudios Ibero-americanos**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 176-195, 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/10021>. Acesso em: 03 jul. 2024.

ANDRADE, Daniel Pereira; CÔRTEZ, Mariana; ALMEIDA, Silvio. Neoliberalismo autoritário no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, p. 1-25, 2021. Disponível em: www.scielo.br/j/ccrh/a/mZ5TYngTCBpHz8gZ7g9kJPC/. Acesso em: 26 jun. 2024.

BALLESTRIN, Luciana. Desigualdades pós-coloniais no processo de desdemocratização global. **Revista Dissertatio de Filosofia**, Pelotas, p. 95-121, 2022. Volume suplementar, 12. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/dissertatio/article/view/24820>. Acesso em: 29 fev. 2024.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BRANDT, Willy. Apelo à mudança: paz justiça e postos de trabalho. *In*: NORTE-SUL: assegurar a sobrevivência. **Relatório da Comissão Independente sobre os Problemas do Desenvolvimento Internacional sob a presidência de Willy Brandt**. Lisboa: Moraes, 1981. p. 25-51.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As três interpretações da dependência. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, Araraquara, v. 38, p. 17-48, 2010. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/4099>. Acesso em: 27 ago. 2024.

CONRAD, Sebastian. **What is global history**. Princeton: Princeton University Press, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

EKBLADH, David. **The great american mission: modernization and the construction of an American world order**. Princeton: Princeton University Press, 2010.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo**. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 17, n. 40, p. 43-64, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2018v17n40p43>. Acesso em: 26 jun. 2024.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/RS3GptZ4kHcBH4ZqQgYtmsJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 jun. 2024.

HARVEY, David. O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação. *In*: PANITCH, Leo; LEYS, Colin (orgs.). **Socialist register 2004: o novo desafio imperial**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 95-125.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, 2012.

HERMET, Guy. As transições democráticas no século XX: comparação entre América Latina e Leste Europeu. *In*: ABREU, Alzira Alves de (org.). **Transição em fragmentos**: desafios da democracia no final do século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p.13-43.

HOFFMANN, Stefan-Ludwig. Os direitos humanos e a história. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 27, p. 525-560, 2019. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180311272019525>. Acesso em: 10 mar. 2023.

HUNTER, James Davidon. The culture war and the sacred/secular divide: the problem of pluralism and weak hegemony. **Social Research**, Baltimore, v. 4, n. 76, p. 1307-1322, 2009. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40972215>. Acesso em: 18 fev. 2023.

HUNTINGTON, Samuel P. **A terceira onda**: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.

MASTRICCHIO, Malena Mazzitelli; FONSECA, Fernanda Padovesi. Con el norte en los pies. 80 años del mapa de Joaquín Torres García. **Cardinalis**, Córdoba, n. 20, p. 134-143, 2023. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/cardi/article/view/42076>. Acesso em: 26 ago. 2024.

MIGUEL, Luís Felipe. **Democracia na periferia capitalista**: impasses do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

MOYN, Samuel. **The last utopia**: human rights in history. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2010.

NARRA, Rita Lucas. O Quarto Movimento de Libertação Nacional? O MFA e o terceiro-mundismo na revolução portuguesa de 1974-1975. **Dictatorships & Democracies**, Barcelona, n. 11, p. 37-64, 2023. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/Dictatorships-Democracies/article/view/421892>. Acesso em: 15 ago. 2024.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento**: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

PEREIRA, Analúncia Danilevicz; MEDEIROS, Klei. A emergência da periferia no sistema mundial: da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978). **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 119-138, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/56965/35246>. Acesso em: 3 dez. 2023.

PERLATTO, Fernando. As disputas políticas e a constituinte brasileira de 1987-1988: projetos, sonhos e utopias. **Ler História**, Lisboa, n. 75, p. 89-109, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/5588>. Acesso em: 28 fev. 2024.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: USP; Editora 34, 1999.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representation and democracy: uneasy alliance. **Scandinavian Political Studies**, Hoboken, v. 27, n. 3, p. 335-342, 2004. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.1467-9477.2004.00109.x>. Acesso em: 8 abr. 2023.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

SAUVY, Alfred. Document: trois mondes, une planète. **Vingtieme siecle, revue d'histoire**, Paris, n. 12, p. 81-83, 1986. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/xxs_0294-1759_1986_num_12_1_1516. Acesso em: 15 ago. 2024.

SIRINELLI, Jean-François. **Abrir a história: novos olhares sobre o século XX francês**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

STRATHERN, Marilyn. **The gender of the gift: problems with women and problems with society in Melanesia**. Berkeley: University of California Press, 1988.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected histories: notes towards a reconfiguration of Early Modern Eurasia. **Modern Asian Studies**, Cambridge, v. 31, n. 3, p. 735-762, 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/312798>. Acesso em: 12 fev. 2023.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, Charles. **Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

TOMLINSON, Brian Roger. What was the third world? **Journal of Contemporary History**, Londres, v. 38, n. 2, p. 307-321, 2003. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0022009403038002135>. Acesso em: 7 ago. 2024.

TRAVERSO, Enzo. **As novas faces do fascismo: populismo e a extrema direita**. Belo Horizonte: Âyiné, 2021.

VILLARREAL, René. La contrarrevolución monetarista en el centro y la periferia. **El Trimestre Económico**, Cidade do México, v. 50, n. 197(1), p. 429-471, jan./mar.

1983. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23395646>. Acesso em: 16 dez. 2023.

VISENTINI, Paulo Fagundes. Terceiro Mundo ou Sul Global. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 1-8, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/63029/36978>. Acesso em: 3 dez. 2023.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI**. Porto: Afrontamento, 1974. v. 1.

WASSERMAN, Claudia. **A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.